

# Líder do PDT acha que CPI servirá de lição a eleitor

Tarcísio Holanda

O deputado Luís Salomão, líder do PDT e integrante da Subcomissão de Emendas, acredita que a CPI do Orçamento conduzirá qualquer pessoa sensata a fazer as seguintes



conclusões: a primeira é que o eleitorado deve ter maior cuidado na seleção dos candidatos; a segunda é a de que é imprescindível um reforço dos órgãos de fiscalização para elevar o risco dos que decidam delinquir; e a terceira é que o Estado precisa ser reestruturado, principalmente a Polícia Federal, a Receita Federal e o Tribunal de Contas da União.

O deputado sugere que se inverta a ordem das coisas, sustentando que o Congresso Nacional é que deve elaborar a proposta Orçamentária da União, cabendo ao Executivo o poder de veto, de que já dispõe. As Comissões Técnicas da Câmara e do Senado discutiriam os programas e os orçamentos setoriais, cabendo-lhes, ainda, a tarefa de fiscalizar a execução orçamentária. As Comissões de Finanças e Tributação da Câmara e de Assuntos Econômicos do Senado elaborariam as projeções de receita de impostos e contribuições e de operações de crédito e a Comissão de Orçamento faria a compatibilização de tudo isso.

**Ansiedade** — O líder do PDT está certo de que a CPI, debaixo de uma grande ansiedade nacional, está produzindo fatos e informações preciosos, o que só se tornou possível a partir das denúncias do ex-assessor da Comissão de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, as quais estarreceram a opinião pública do País.

Salomão acha que há diferenciadas visões sobre o que poderá ser feito pela CPI. Ele próprio confessa que está dissentindo na Subcomissão de Emendas, onde atua. Adverte o deputado que as subcomissões que produzem pro-

CARLOS MOURA



Salomão: eleitores devem ter maior cuidado na seleção de candidatos

vas são as dos bancos e de patrimônio, que trabalham com coisas concretas e geram provas documentais.

Fazendo ironia, Salomão acredita que a Subcomissão de Emendas devia estruturar um serviço de inteligência, para ver quem executou determinado projeto, apurar porque deputado de um Estado apresentou emenda para custear obra em outro. Só uma investigação dessa natureza poderia criar pistas que conduziram a conclusões mais objetivas.

“Nossa subcomissão gera indícios, não provas. Por isso, estou defendendo a ampliação do raio de ação de nossas investigações, indo da análise das emendas à análise de execução orçamentária. Utilizando o Prodasen poderemos verificar quais as emendas aprovadas que tinham um valor excepcional”, disse.

**Listão** — A Subcomissão de Emendas, segundo Salomão, fez uma listagem de parlamentares que tinham alto prestígio junto ao relator-geral e aos relatores parciais. Depois disso, fez uma lista das principais empresas que recebiam acima de 200 mil dólares e, no DNER, acima de um milhão de dólares. Identificadas essas empresas, a subcomissão navega pelo Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira) e descubra o autor da emenda corres-

pondente ao pagamento da obra e do fornecimento.

Assim, produz-se, de acordo com o líder do PDT, uma segunda listagem com os nomes dos parlamentares que têm prestígio e os órgãos e empreiteiras que liberam recursos. “É a grana saindo do Tesouro”, comenta. Ele acredita que é preciso investigar esse nexos sempre que o cruzamento de parlamentares e empresas revelar uma conexão.

A impunidade, segundo Salomão, tem sido o maior estímulo para a prática da corrupção no Brasil. Ele lamenta que o Tribunal de Contas da União se mantenha em posição passiva diante do aumento da corrupção, lembrando que, até hoje, nunca o TCU contribuiu com sua ação “para botar corrupto na cadeia”.

No entendimento de Luís Salomão, na sistemática nova de elaboração orçamentária, a Comissão de Orçamento compatibilizaria tudo que lhe chegou das Comissões Técnicas da Câmara e do Senado, sem deter poder de emenda. As comissões técnicas se transformariam em grandes fóruns de debates, com a participação do Poder Executivo, dos parlamentares, de empresários, trabalhadores e acadêmicos especialistas na matéria, garantindo, assim, a participação de toda a sociedade na Lei de Meios do País.